

# MEMÓRIA E TRABALHO INFANTIL

## *Memory and child labor*

VIANA, Pollyana Andrade Sousa<sup>1</sup>

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar uma análise da relação memória e trabalho infantil, buscando compreender como os aspectos subjetivos relacionados ao trabalho de crianças e adolescentes são traduzidos na cultura e nos valores herdados e vivenciados nas relações de produção das Casas de Farinha do município de Vitória da Conquista (Bahia). Com uma abordagem qualitativa, procuramos, por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas com trabalhadores adultos, delinear veredas para entender tal situação. A fundamentação teórica baseia-se nos conceitos de memória individual e coletiva propostos por Maurice Halbwachs, fazendo articulação com as proposições de Michel Pollak e Edward P. Thompson. Consideramos que a memória individual ou coletiva é necessária para a compreensão das transformações processadas na realidade social e que seu resgate contribui para a apreensão da dinâmica da sociedade, revelando aspectos que podem acelerar o processo de superação das condições de subalternidade impregnadas pelo capital. De modo geral, percebemos, pela memória, que os entrevistados carregam implicitamente um conjunto de valores ideológicos construídos, que foram estruturados em determinado contexto histórico e são difundidos na sociedade. Essa memória serviu para orientar as ações dos indivíduos por sucessivas gerações, podendo ser revelada nas diversas tradições, vivenciadas como experiências coletivas autoeducativas determinadas por processos históricos complexos da formação capitalista.

**Palavras-chave:** Memória. Trabalho infantil. Trabalho.

### ABSTRACT

The objective of this article is to present an analysis on the relationship memory and child labor, trying to understand how subjective aspects work related to children and adolescents are translated into the culture and values inherited and experienced in the relations of production of the house of flour in the city of Vitoria da Conquista (State of Bahia, Brazil). From a qualitative approach, we try, through literature review and interviews with adult workers, outline paths to understand the situation. The theoretical framework is based on the concepts of individual and collective memory, proposed by Maurice Halbwachs, making the connection with the Michel Pollak and Edward P. Thompson's proposals. We believe that the individual or collective memory necessary for an understanding of the changes processed in the social reality and its rescue contributes to the understanding of the dynamics of society, revealing aspects that can accelerate the process of overcoming the inferiority of conditions impregnated by capital. In general, we find, by memory, that respondents implicitly carry a set of ideological values built, which were structured in a particular historical context and that are widespread in society. This was memory which served to guide the actions of individuals by successive generations, can be revealed in the various traditions, experienced as self-educative collective experiences, determined by complex historical processes of capitalist formation.

**Keywords:** Child labor. Memory. Labor.

<sup>1</sup> Mestra em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista (Bahia). E-mail: <andradepollyana@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador do Museu Pedagógico. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da UESB. E-mail: <jdiogenes69@gmail.com>.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos uma breve discussão sobre memória e respectivas abordagens focalizando o trabalho infantil nas Casas de Farinha, no município de Vitória da Conquista (Bahia). Trata-se do resultado da pesquisa realizada durante o mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade, que originou a dissertação *Tecendo a memória do trabalho infantil em Casas de Farinha em Vitória da Conquista, Bahia*. Objetivamos compreender como os aspectos subjetivos relacionados ao trabalho de crianças e adolescentes são traduzidos na cultura e nos valores herdados e vivenciados nas relações de produção.

O trabalho infantil, entendido como qualquer atividade realizada por crianças em idade inferior a onze anos e por adolescentes de doze a dezoito anos de idade, com objetivo de ganhar o próprio sustento e o das famílias, apesar das ações governamentais e das organizações não governamentais, ainda permanece na realidade contemporânea brasileira, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, nas mais variadas atividades.

Dados do *Censo Demográfico 2010*, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), demonstram que existem mais de três milhões e quatrocentos mil crianças e adolescentes, na faixa etária entre dez e dezessete anos, que exercem atividades laborais. Desse total, um milhão e novecentas mil têm menos de dez anos. Ainda segundo a mesma fonte, na Bahia, aproximadamente 307 mil jovens vendem sua mão de obra diariamente. Em Vitória da Conquista, o número de crianças em situação de trabalho infantil atinge 5.291, segundo dados desse mesmo instituto. Os estudos que versam sobre a inserção de criança e adolescentes no trabalho no cenário brasileiro quase sempre o explicam com base na relação trabalho e pobreza, restringindo-se, portanto, ao aspecto econômico e ao modo de produção capitalista que alimentam as desigualdades sociais.

Vários e complexos são os motivos que facilitam o ingresso precoce desses indivíduos em atividades laborais e, mesmo considerando a emergência e a ampliação de políticas de combate ao trabalho infantil, ele persiste em várias atividades no cenário brasileiro.

O trabalho infantil é, em si, um problema atribuído à falta de recursos financeiros das famílias que, precocemente, inserem os filhos no universo laboral, cujas atividades envolvem riscos, violência e exploração e, muitas vezes, em condições penosas e degradantes (MINAYO, 1997).

Crianças e adolescentes são desprovidos de infância em razão dos processos sociais excludentes que os conduzem à exploração e à brutalização das relações sociais, em decorrência da forma assumida pela expansão capitalista (MARTINS, 1993). No entanto, a exclusão social não se sustenta como única explicação para todas as nuances que envolvem a questão. Podemos concebê-la também como expressão das contradições do capital, o que demandaria uma interpretação mais crítica (MARTINS, 1997).

Além disso, os padrões culturais constituídos na sociedade atribuem uma visão positiva ao trabalho infantil, conferindo-lhe caráter educativo e de aprendizado para a vida futura, já que, assim, as crianças estariam protegidas do ócio e da marginalidade. Ressaltamos, entretanto, que a educação pelo trabalho destina-

se às crianças oriundas das camadas populares, cuja imagem foi edificada como problema social no processo histórico brasileiro (RIZZINI, 2004).

Essa questão comporta uma série de elementos que abarca aspectos econômicos, políticos, psicossociais e culturais que se articulam historicamente na sociedade como expressão da reprodução do capital promovendo a desigualdade e, por conseguinte, as péssimas condições de sobrevivência vivenciadas por milhares de pessoas.

Para embasar a nossa reflexão, utilizamos, além da pesquisa bibliográfica, alguns dados da pesquisa de campo coletados no bairro Campinhos, localizado na parte Oeste da cidade de Vitória da Conquista, que apresenta a característica peculiar de concentrar Casas de Farinha em sua área geográfica.

O bairro Campinhos, segundo dados do *Censo Demográfico 2010* (IBGE, 2010), tem uma população correspondente a 3.757 habitantes e apresenta como principal atividade econômica o beneficiamento da mandioca. Trata-se de um local onde as características rurais ainda se encontram presentes e em que moradores e familiares foram inseridos como mão de obra nas Casas de Farinha existentes. A mandiocultura agrega vários tipos de produtos, desde a fabricação da farinha à industrialização da fécula (amido extraído da raiz ao ser triturada) para produção de beijus, biscoitos, tapioca, goma e outros derivados, gerando empregos diretos e indiretos.

A pesquisa<sup>3</sup>, fruto de trabalho dissertativo sem financiamento, contou com a utilização de entrevistas não diretivas aliadas a observações, com a finalidade de trazer as concepções dos entrevistados. Elas foram realizadas entre junho de 2011 e agosto de 2012, com uma base empírica constituída por dez trabalhadores adultos, sendo cinco homens e cinco mulheres. Optamos pelo recurso metodológico da entrevista não diretiva, tal como trata Michel Thiollent (1987). Para o referido autor, nesse tipo de abordagem, tomando por base um tema central, o entrevistador orienta e estimula o entrevistado a verbalizar, de forma livre e sem censura, a percepção de mundo.

O contato com os trabalhadores e a escolha dos sujeitos da pesquisa ocorreram entre moradores da localidade, a quem, após a aproximação, foram explicados os motivos e os interesses da pesquisa. O trabalho infantil, porém, foi abordado de forma gradativa, por sentirmos certa resistência dos trabalhadores em discutir essa questão.

Para a realização das entrevistas, procuramos, inicialmente, resgatar alguns aspectos importantes, como local de nascimento, pessoas com as quais residiam na infância, ocupação, idade, as circunstâncias de ocorrência do trabalho, a relação do trabalho com as possibilidades de escolarização e as condições atuais de vida. Finalmente, empenhamo-nos em compreender a noção e o sentido atribuídos ao trabalho infantil pelos entrevistados, uma vez que as experiências na infância deixam marcas no modo de ser e ver o mundo a ser incorporado pelo adulto. Por uma questão ética, os sujeitos entrevistados foram identificados por *nomes fictícios*.

Ao inscrever o trabalho infantil no terreno da memória, a intenção era buscar compreender como determinadas ideias são incorporadas socialmente e sedimentadas, passando a fazer parte do acúmulo de experiências e conhecimentos do indivíduo das classes trabalhadoras.

---

<sup>3</sup> No período em que a dissertação foi elaborada, não era obrigatório ter autorização do Conselho de Ética.

Para a discussão, empreendemos a memória numa perspectiva individual e coletiva, à luz das reflexões de Maurice Halbwachs (1990), em articulação com as proposições de Michel Pollak (1989), que acrescenta o caráter conflitivo com o resgate de memórias subterrâneas. Ampliando a reflexão, recorremos aos estudos de Edward Paul Thompson (1991[1981], 1987, 1998a), que demonstram preocupação com as experiências da classe trabalhadora construídas nas ações cotidianas.

Entendemos que, quando discutimos o trabalho de crianças e adolescentes, o modo como essas memórias se localizam nas falas dos trabalhadores adultos nos permite analisar as vivências laborativas pontuadas por conceitos e valores sustentados por experiências no tempo presente.

Consideramos que a memória individual ou coletiva é necessária para compreender as transformações processadas na realidade social e que seu resgate contribui para a apreensão da dinâmica da sociedade, revelando aspectos que podem acelerar o processo de superação das condições de subalternidade impregnadas pelo capital.

## MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

O tratamento da memória como fenômeno social foi dado por Maurice Halbwachs, sociólogo francês que, seguindo as premissas da tradição sociológica que remonta a Émile Durkheim, situou-a em relação a grupos e instituições, em uma época na qual era compreendida apenas como fenômeno individual.

Partindo do princípio de que a lembrança se constitui em fundamento da memória e que a relação entre indivíduo e sociedade compõe seu substrato, Halbwachs (1990) vai deslocá-la dos fenômenos psicológicos e situar seu enfoque nas funções que ela assume no interior dos grupos e da sociedade (BOSI, 1994).

Esse processo ocorre desde a formação da memória na criança, que, quando é imersa nos meios sociais e em contato com o passado dos grupos, acaba assimilando as correntes de pensamento destes.

A concepção de mundo por meio de lembranças feitas pela criança tem como base o meio onde se encontra e valores vivenciados por seus pais, no meio doméstico. A criança trabalha com objetos exteriores por meio de noções apreendidas com os pais. Seu espanto e medo vêm do castigo que experimenta ao perceber que se encontra em seu pequeno mundo. É criança, mas experimenta vivência de adulto (HALBWACHS, 1990, p. 78).

Ao rememorar a infância, trazemos à tona um conjunto de elementos que se inter-relacionam – pessoas, objetos, espaços – evidenciando uma construção não solitária e que também é meio do qual faz parte. Ainda assim, é dotada de individualidade, restringe-se ao âmbito da vida das pessoas e se encontra enraizada no social.

O caráter coletivo advém das interações entre os indivíduos, que são pautadas em quadros sociais constituídos pelos grupos que compartilham (família, bairro, trabalho) e que complementam e confirmam as memórias.

Podemos perceber que, entre essas duas memórias, há uma interdependência; elas se complementam nas relações com os meios sociais. A memória individual se apoia

na coletiva para confirmar parte das lembranças, já a coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas (HALBWACHS, 1990).

Além da multiplicidade de conexões estabelecidas e dos quadros sociais, ao rememorar o passado, as lembranças se situam de acordo com a posição atual de quem lembra. É nesse sentido que Bosi (1994, p. 54) afirma que lembrar não é somente reviver, é, também, “refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Edifica-se a lembrança por meio da consciência atual do indivíduo, por isso a reprodução não é de fato o que ocorreu:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 54-55).

James Fentress e Chris Wickham (1992), contudo, tecem críticas às postulações sobre memória coletiva e trabalham com a expressão “memória social”. Tais autores reconhecem a importância dos grupos nas construções do passado, sem, no entanto, descartar a dimensão pessoal.

No caso dos trabalhadores das Casas de Farinha do município de Vitória da Conquista, rememorar o trabalho de quando eram crianças envolve valores de hoje, na posição que ocupam, como pais ou mães. Nas palavras de Halbwachs (1990, p. 26), “se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais”.

A memória é, portanto, referência para as formas de pensar, agir e julgar que desenvolvemos na trajetória histórica. Ao mesmo tempo é seletiva, por escolher apenas o que deve ou não ser lembrado, ou seja, fatos importantes que são identificados pelos membros do grupo e que, por vezes, se constituem em elementos que podem ser manipulados. Essa seletividade materializa-se nas construções acerca do que somos e reúne elementos e acontecimentos que constituirão aquilo que fica e que vale para o grupo (OLIVEIRA, 2008).

Contudo, a rememoração do passado apresenta o tempo e o espaço como fundamentais para preservação e impõe limitações ao grupo a que está vinculada. O tempo associa-se ao momento em que está sendo produzido; não é uma pura representação do passado. Para Halbwachs (1990, p. 119),

[...] é aquilo que deve ser dentro de um determinado grupo. Assim, há períodos de pressa, de descanso, enfim, de irregularidades, mas que não alteram o curso normal do tempo desse grupo, pois seus componentes agem de acordo com as suas respectivas necessidades e tradições.

Da mesma forma, o espaço se constitui em referencial, já que os objetos e os lugares que nos cercam são dotados de significados. Sublinha Halbwachs (1990) que não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Portanto, a memória se articula, tanto com as ideias que envolvem as lembranças quanto com o espaço social e o momento histórico.

A memória coletiva possibilita-nos perceber como é formado o processo de socialização de crianças e adolescentes no beneficiamento da mandioca como prática social articulada aos grupos de convívio, como a família e o trabalho.

Nessa construção, encontramos um conjunto de vivências que formam a memória que marca o trabalho infantil. São experiências que se sedimentaram e que perduram nas relações de trabalho, formando memórias que, de alguma forma, tecem e se sustentam no presente.

Nas falas dos trabalhadores, de suas infâncias até o momento atual, analisamos a relação desses sujeitos com o mundo que interpretam, as condições de sobrevivência, conforme podemos observar nestes trechos das entrevistas:

*Comecei trabalhar na farinha, não tinha escolha, era o que tinha [...]. A gente passava muita necessidade, o que a gente tirava mal dava pra comer. Nesse tempo, os pais levavam os filhos pra ajudar. Foi um tempo de muito sofrimento, muito trabalho e muita necessidade. Nunca fui criança. Aprendi a ter responsabilidade foi cedo: a casa, meus irmãos, o serviço (Entrevista com dona Cristiane, 44 anos, realizada em 23 de agosto de 2012).*

*Aprendi a trabalhar foi cedo. A vida era difícil, tinha que trabalhar. Raspava mandioca o dia inteiro. Lembro que os tocos pequenos sempre ficavam pra nós, enquanto as mulheres raspavam as mandiocas grandes, e a gente só tirava a ponta (Entrevista com o senhor Luís, 47 anos, realizada em 14 de julho de 2012).*

As narrativas sobre o trabalho infantil são tecidas no entrelaçamento de memórias e nas diversas experiências que esses trabalhadores viveram no dia a dia. Conduzidas pela necessidade de sobrevivência, essas pessoas viram-se na contingência de se sujeitarem a um regime de trabalho incompatível com a idade, fazendo-os adquirir uma experiência peculiar.

O que esses adultos apreenderam na infância sobre o trabalho resulta da interação social, de forma que o individual se sustenta no coletivo. A família e as Casas de Farinha apresentam-se como grupos inter-relacionados com características específicas, entretanto, sem serem independentes. É de dentro das famílias que emanam os trabalhadores infantis para a produção de que essas Casas precisam. *“Na minha casa todo mundo trabalhava. Meu pai nos levava pra casa de farinha e ia ensinando fazer as coisas. Pra ele quanto mais cedo aprendesse era melhor, pra ter uma ocupação.”* (Entrevista com João, 52 anos, realizada em 23 de agosto de 2012)

O valor do trabalho é, muitas vezes, dotado de um poder normativo, em virtude do que lhe é imposto, e molda uma forma de agir e pensar. Esse molde é, em princípio, transmitido pela família, que repassa para crianças e adolescentes valores morais condizentes com o contexto em que vivem.

Esses valores trazem implícitas memórias enquadradas, que são transmitidas pelo quadro familiar e pelas redes de sociabilidade das quais essas pessoas fazem parte, contribuindo para a construção da memória pessoal.

## **O PROCESSO DE ENQUADRAMENTO E AS MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS**

Retomando o processo seletivo da memória, entendemos que é impossível guardar todos os acontecimentos que passam durante nossas vidas, por isso concordamos

com Pollak (1989), quando propõe a expressão “memória enquadrada”, apontando a necessária compreensão do processo adotado para que essas memórias comuns se estabeleçam entre um grupo.

Percebemos que Halbwachs confere à memória o atributo de espontânea, desinteressada e seletiva, elementos necessários ao processo de enquadramento. No entanto, o autor não observa as tensões dialéticas provenientes dos conflitos e interesses antagônicos dos grupos.

De qualquer forma, se o que permanece na memória é somente o que tem significado, o que “fica” é construído pela interação com outros, e, nesse caso, a percepção do indivíduo que lembra pode ser modificada em função do grupo e do contexto social, com sentidos que podem ser ideologicamente construídos.

Nesses pressupostos, Pollak (1989), contrariando a linha halbwachiana, introduz um viés crítico e uma atualização em relação ao conhecimento voltado para a memória. A premissa desse autor parte da abordagem de como os fatos sociais tornam-se coisas e se solidificam na sociedade. Segundo ele,

[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e pelos atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 2).

Se alguns aspectos são priorizados em detrimento de outros, o que parece esquecimento pode ser silêncio e significar resistência, ao se lembrar de experiências que trazem sofrimento. Essa situação pode ser evidenciada no relato de uma entrevistada:

*Botava a gente pra trabalhar desde cedo. Eu trabalhava tanto na roça como fazendo farinha. Não gosto nem de lembrar essas coisas. Era sofrimento demais, moça [alguns minutos em silêncio]. A gente levantava ainda de madrugada, ia pra roça rançar mandioca, carregava tudo, nesse tempo era no jegue, depois começava a rapar (Entrevista com dona Dalva, 62 anos, realizada em 28 de junho de 2012).*

Pensando dessa forma, o esquecimento/silêncio pode ser proposital, como nos diz Pollak:

[...] existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989, p. 8).

Por sua vez, o “lembrar” e o “esquecer” podem estar relacionados às estratégias de grupos de poder, de modo que a manutenção de determinadas lembranças encontra-se atrelada a um processo de socialização histórica e política, um verdadeiro enquadramento da memória, que influencia nas formas de identificação dos sujeitos.

Esse enquadramento, realizado por indivíduos, classes sociais ou instituições, atribui ideias e valores simbólicos a um passado para justificar ou manter a ordem vigente, que pode ser ilustrado pela construção social voltada para a infância pobre no intuito de inseri-la nas relações de trabalho.

A concepção de memória proposta por Halbwachs (1990) é reconhecida por apontar a multiplicidade de memórias coletivas; por seu lado, Pollak (1989) chama a atenção para essa pluralidade, ao discorrer sobre quadros sociais, realçando fatos que tendem a ser perpetuados e trazendo para o relato histórico memórias que não são ditas, que são silenciadas e, em momentos de crise, afloram.

Assim, ele enfatiza “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘memória oficial’, no caso, a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4). São memórias guardadas ou ignoradas dos integrantes das classes excluídas da sociedade, que prosseguem vivas no silêncio, transmitidas por muito tempo entre gerações.

O desafio é justamente transpor os limites da obscuridade, da clandestinidade, dado que:

[...] o problema que se coloca em longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples “montagem” ideológica, por definição precária e frágil (POLLAK, 1989, p. 8).

Quando essas memórias afloram, é possível verificar como ocorre o processo de enquadramento, que privilegia certas ideias, adequando-as a determinados interesses.

Segundo Pollak (1989, p. 3), “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”. A memória coletiva se torna, portanto, um elemento essencial da vida social, possibilitando ações coletivas e, até mesmo, constituindo-se meio com poder de transmissão e perpetuação na coletividade.

De fato, o modo de pensar, sentir e agir decorrente da memória resulta das interações dos indivíduos (FENTRESS; WICKHAM, 1992), nas quais há incorporação de significados difundidos na sociedade e que, transportados pela memória, carregam implicitamente valores estruturados de acordo com o contexto histórico. Assim, os fatos abrem caminhos para o entendimento através da memória, de valores e acepções que permanecem cristalizados, porquanto “É na sociedade que as pessoas normalmente adquirem suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam suas memórias” (HALBWACHS, 2004 *apud* PERALTA, 2007, p. 6).

Encontramos, no relato a seguir, ideias que ligam o narrador à sociedade da qual ele faz parte:

*A vantagem de ter começado a trabalhar novo é porque tenho coragem, fiquei independente e ganhava meu dinheiro. Quem começa a trabalhar cedo fica corajoso, se livra da preguiça e não tem a cabeça vazia. [...] E é assim que vou ensinar para meu filho (Entrevista com o senhor Everaldo, 56 anos, realizada em 24 de agosto de 2012).*

<sup>4</sup> HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

Nessa afirmação, o entrevistado utiliza a palavra “coragem” como oposição à “preguiça”, “ócio”, reflexo das estratégias de moralização e disciplinamento desenvolvidas no contexto histórico brasileiro do final do século XIX, diante da industrialização e urbanização crescentes (SANTOS, 1998). As famílias, normalmente submetidas à falta de recursos materiais e alternativas de integração social acabam inculcando nos filhos valores referentes ao trabalho.

Essa valorização do trabalho como fator disciplinador e formador do caráter cria formas consensuais de adesão ao trabalho, pela interiorização de posições culturais e ideológicas, aplicáveis, entretanto, apenas aos filhos das classes trabalhadoras.

Essas discussões são pertinentes quando relacionadas à memória do trabalho infantil, por ser uma realidade que se assenta em uma construção mnemônica – técnica de memorizar coisas por associação a outras –, gerada em uma conjuntura histórica à qual o sujeito atribui significação.

As reflexões nos ajudam a entender como a manutenção de determinadas lembranças pode estar atrelada a um forte processo de socialização histórica, um verdadeiro enquadramento da memória que persiste historicamente graças a uma memória coletiva/social organizada e imposta.

Ao fazermos o entrelaçamento da memória coletiva com o trabalho – este como reprodução dos meios de vida –, percebemos que a produção das relações sociais, dos costumes e dos valores ocorre simultaneamente. Entendemos, assim, que, na sociedade capitalista, a memória do trabalho infantil não é indiferente ao processo de produção das condições materiais de existência.

## **MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

A análise da memória atual permite-nos entender como o capitalismo vai se remodelando de modo a garantir sua preservação, reinventando mecanismos de manutenção da ordem vigente. É preciso averiguar a concepção que os trabalhadores carregam sobre o trabalho infantil, pois, ao contrair conhecimentos, valores e experiências como ser histórico e social, eles podem estar sendo moldados pelas estratégias de dominação do capital.

À luz dos pressupostos marxistas, Thompson (1987, 1991, 1998a) sugere que as ideias dos homens comuns estão relacionadas às concepções de mundo que os acompanham conforme as experiências que viveram. A importância da análise da experiência, carregada de valores, tradições, ideias e saberes de determinado meio, torna-se, para esse autor, caminho para analisar comportamentos, condutas e costumes na relação com a cultura.

Na tentativa de compreender como o trabalho infantil se gesta na sociedade, em meio a tantas modificações na estrutura societária e, conseqüentemente, na memória dos trabalhadores, ressaltamos a importância da “experiência” como condição humana, onde homens e mulheres:

[...] experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua

consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1991, p. 182).

Desse modo, é pertinente fazer o reconhecimento da ação laboral além do que vemos, no intuito de enxergar como os trabalhadores estão gerando valores e experiências em suas relações com os outros.

Ao mesmo tempo, ao pensarmos nas memórias subterrâneas, propostas por Michel Pollak (1989), percebemos que há uma aproximação com as concepções de Edward Paul Thompson (1987, 1991, 1998b), autor que caracteriza o surgimento de outra história pautada na óptica das minorias, preocupada com a voz dos "comuns" e que põe em voga a experiência e a cultura como elementos de análise.

Ambos os autores propõem ouvir e registrar a voz das pessoas que não ocupam ou ocuparam lugar de destaque na sociedade, isto é, deixar de privilegiar apenas os indivíduos e instituições que se destacaram na história para entender as versões e os pontos de vista daqueles que não se encontram nos lugares institucionalmente constituídos.

No caso do nosso estudo, a comunidade do bairro Campinhos de Vitória da Conquista vive em um mundo próprio moldado pela esfera do trabalho marcado por relações de precariedade e informalidade na produção da farinha e derivados, atestadas pela exploração da mão de obra infantil. As histórias de vida dos moradores e trabalhadores se apresentam como material relevante para a apreensão dos padrões de conduta que norteiam a localidade.

Thompson, com base nas teorias de Karl Marx, analisa a forma como o capitalismo industrial, respaldado pelo progresso tecnológico, produziu miséria, pobreza e a própria classe operária. Ele caminha na direção do "fazer-se" da classe trabalhadora.

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. [...] As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre livres – livres. Eles foram objetos de doutrinação maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada (THOMPSON, 1991, p. 17).

Para esse autor, as relações entre a burguesia e o operariado se estabelecem no contexto do espaço físico da fábrica e ampliam as ações no cotidiano cultural. A experiência de uma classe pode ser vista como fruto de relações de trabalho, enquanto a consciência seria a representação cultural resultante das vivências que se manifestam em forma de tradições, sistemas de valores, ideias. A experiência é, por esse prisma, determinante da consciência de classe, mas suas manifestações sociais apontam, na realidade, possibilidades diversas.

As relações de trabalho, que nasceram ou entraram involuntariamente na infância dos trabalhadores pesquisados, revelam as experiências e servem de suporte para a construção dos próprios padrões de conduta e valores, como percebemos nas falas de alguns entrevistados.

*Eu acho que hoje o mundo tá muito difícil, e os pais têm que colocar os filhos pra trabalhar cedo, pra tá livrando de outras coisas. Criança que fica com cabeça vazia*

*acaba indo mexer com o que não deve e acaba dando preocupação para os pais (Entrevista com dona Dalva, 62 anos, realizada em 28 de junho de 2012).*

*Aprendi com meu pai que tem que ser homem desde cedo. O que ele tinha para oferecer pra nós era só o trabalho. É o que eu fiz, é o que eu sei fazer. Era um tipo de ensinamento (Entrevista com o senhor João, 52 anos, realizada em 23 de agosto de 2012).*

Tais experiências compartilhadas nas Casas de Farinha permitiram a constituição de um grupo peculiar de trabalhadores, no qual se formaram costumes necessários à própria sobrevivência. Alguns desses costumes e tradições possivelmente acabaram sendo reelaborados e passaram a fazer parte da configuração da consciência de classe dessa categoria, ou seja, geraram memórias.

Estão presentes nos relatos as práticas da sociedade brasileira. As ideias reproduzidas têm seu sentido carregado pelo trabalho como antídoto à marginalidade, mas cuja dose só é aplicável a crianças pobres (CAMPOS; ALVARENGA, 2001). Em outras palavras, um processo de enquadramento das memórias coletivas interpelado por ideologias como referências para impor a dominação econômica.

Nessa perspectiva, acreditam que as crianças e os adolescentes, ao trabalharem, fogem dos vícios (como drogas, álcool e outros), não roubam e, particularmente, tornam-se um meio de atenuar a pobreza.

Na perspectiva de Thompson (1991), gera-se uma consciência de classe em decorrência de experiências, valores e tradições que são herdados na convivência com outros indivíduos e grupos dentro da sociedade.

[...] acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram voluntariamente (THOMPSON, 1991, p. 10).

A memória é elaborada na experiência desses indivíduos, em articulação com o mundo material e cultural, em que o trabalho adquire uma característica sócio-histórica primordial para a sobrevivência humana e vai se consolidando por meio de edificações materiais e valores carregados de significados e sentidos sociais responsáveis pela sustentação de memórias socializadas.

Com base nos relatos extraídos junto aos sujeitos pesquisados, constatamos que os trabalhadores manifestam, em suas memórias, sentidos e valores voltados ao trabalho infantil como uma necessidade de superação da pobreza que assola as suas condições de vida. Ao mesmo tempo expressam, em suas narrativas, a valorização do trabalho para as crianças das classes populares, como reflexo das estratégias de moralização e disciplinamento desenvolvidas no contexto histórico brasileiro – herança de uma educação rígida e autoritária.

Como geram as concepções de acordo com as experiências de trabalho e, sendo este alienado, não faz sentido proteger o filho da exploração à qual eles mesmos foram e são submetidos. A contradição reside justamente no fato de reconhecerem as implicações do trabalho infantil e, ainda assim, inserirem os filhos no trabalho. Os

sujeitos, ao mesmo tempo em que são autores de suas experiências, são coagidos a assumir os significados sugeridos pela própria conjuntura.

Compreendemos, assim, que a relação moralidade e trabalho presente na concepção dos trabalhadores entrevistados constitui uma memória respaldada, em parte, pelo contexto que permeou a história da sociedade no momento em que eles viveram, somado às experiências que tiveram na infância. Desse modo, na memória dos trabalhadores das Casas de Farinha, estão sedimentados significados e concepções que justificam a inserção de crianças no trabalho são repassados entre gerações.

Ao analisar as relações de trabalho, buscamos revelar valores que, no universo da infância, contribuíram para a formação pessoal, apresentando contornos próprios, pois foram construídos sobre bases materiais e ideológicas que cercam as classes trabalhadoras.

A ideia do trabalho como formador moral é carregada de valores impostos pelo capital, possibilitando que toda e qualquer forma de trabalho, inclusive aquelas que tomam o tempo da infância, sejam exploradas. Nesse pressuposto, o trabalho infantil vai ganhando forma e força e acaba fomentando a precariedade das condições de vida, impondo a condicionalidade do trabalho como meio de sobrevivência. O cotidiano das pessoas encontra-se impregnado das mazelas do capitalismo, que, de certa forma, acabam reproduzindo o que é imposto pelo sistema.

O trabalho infantil serve à exploração do trabalho, para além das necessidades materiais que o sustentam na sociedade capitalista, e tem a seu favor a força ideológica da positividade. Ou melhor, ele gera as graves discrepâncias sociais em razão do modelo concentrador e, ao mesmo tempo, expressa uma ideologia que sutilmente infiltra valores que estigmatizam a infância dos pobres com mitos voltados à dignidade e à regeneração.

O trabalho como regenerador é uma prática que vem se reproduzindo na sociedade para um tipo particular de infância, que é a trabalhadora, e, de certa forma, vai sendo retransmitida de geração em geração, mascarando os problemas sociais oriundos do sistema capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão sobre o trabalho, fazendo a mediação com o sistema capitalista e os efeitos sobre a concepção dos trabalhadores voltada ao trabalho infantil, encontra suporte na memória. Trata-se do trabalhador atual que herda e convive com uma história que se desencadeia dentro da sociedade capitalista, num diálogo permanente entre passado e presente. A memória, nesse caso, participa da construção social do grupo por favorecer a existência de formas comuns de imputação de sentido nas práticas e visões de mundo desses trabalhadores.

O trabalho infantil não surge “espontaneamente” da percepção das pessoas; ele é fruto das estruturas desiguais e do discurso ideológico, como uma construção social incorporada à cultura das famílias, aplicado e, até, incentivado, quando diz respeito aos filhos da classe trabalhadora.

Numa síntese que perpassa a história em que está inserido esse debate, podemos entender que o trabalho infantil se constitui em uma categoria contraditória, ligada diretamente às contradições de classes existentes na sociedade capitalista, que se mantém nos valores morais a ele atribuídos como fundantes da vida honesta na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da criança indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 6, n. 2, p. 227-233, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7276.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória social**. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

MARTINS, José de Souza (Coord.). **O Massacre dos Inocentes**: a criança sem infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza (Coord.). **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

THIOLLENT, Michel J. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1987. (Coleção Teoria e História 6)

MINAYO, M. C. de S. O significado social e para a saúde da violência contra criança e adolescentes. In: WESTPHAL, Maria Faria Westphal (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: EdUSP, 1997. p. 95-113.

OLIVEIRA, Carmem. I. C. Memória e identidade institucional: um estudo de caso. **Vivência**, Natal, n. 34, p. 91-113, 2008. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/34/PDF%20para%20INTERNET\\_34/07\\_Carmen%20Irene%20Correia%20de%20Oliveira.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/34/PDF%20para%20INTERNET_34/07_Carmen%20Irene%20Correia%20de%20Oliveira.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2017.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**: Antropologia, Escala e Memória, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n. 2 (Nova Série), 2007. Disponível em: <[http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-memoria/ArtPDF/02\\_Elsa\\_Peralta\[1\].pdf](http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-memoria/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf)>. Acesso em: 30 maio 2017.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: nov. 2016.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

THOMPSON, Edward. P. (1981). **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998a.

THOMPSON, Edward. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: UNICAMP, 1998b.

SANTOS. J. D. F. **Trabalho infanto-juvenil e a violação do corpo**. 1998. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

**Data da submissão:** 28/07/2016

**Data da aprovação:** 01/04/2017